

Ausência de estratégia jurídica: passivo silencioso que ameaça empresas

26/11/2025

Em um cenário político, econômico e social marcado por volatilidade, oscilação de preços de insumos, disputas regulatórias, judicialização crescente e instabilidade institucional, a falta de planejamento jurídico não é mais um detalhe administrativo: tornou-se um risco estratégico capaz de comprometer anos de trabalho, patrimônio construído e a própria continuidade de negócios robustos. O que se vê, diariamente, no atendimento a grandes empresários, produtores rurais e líderes da construção civil, é que muitos ainda subestimam o impacto preventivo de uma assessoria jurídica estratégica. E isso tem custado caro.

A verdade é direta: a ausência de estratégia jurídica é o passivo silencioso que mais ameaça empresas hoje. Ela se acumula sem alarde, ganha força na sombra e só se revela quando já produziu consequências graves, como bloqueios inesperados, ações milionárias, perda de contratos, paralisações, restrições administrativas, danos reputacionais e litígios prolongados que drenam energia, dinheiro e tempo.

Em um ambiente competitivo, não basta ter um bom produto, uma gestão eficiente ou um histórico sólido. É indispensável antecipar riscos, estruturar operações com segurança e agir antes que o problema se consolide. No agronegócio, por exemplo, um contrato mal redigido de arrendamento ou parceria pode comprometer safras inteiras. Na construção civil, a falta de previsões claras de responsabilidade e de mecanismos de rescisão pode gerar litígios que paralisam obras. Em ambos os setores, a ausência de governança documental produz vulnerabilidades que viram munição em disputas judiciais — e muitas delas poderiam ter sido evitadas com medidas simples e acessíveis.

Prevenir custa menos

Hoje, os empresários que prosperam são aqueles que compreendem que planejar não é opcional, mas essencial para o negócio. Vivemos um momento em que fatores externos podem mudar o rumo de um negócio da noite para o dia, e depender da sorte é uma aposta perigosa. A estratégia jurídica precisa caminhar ao lado da gestão. Ela não substitui o trabalho do empresário, mas garante que cada passo dado tenha base sólida, que contratos protejam em vez de expor, que operações tenham respaldo legal, que decisões sejam tomadas com consciência dos riscos e que conflitos sejam prevenidos antes de chegarem ao Judiciário.

Outro equívoco comum é imaginar que buscar apoio jurídico apenas quando o problema surge seja mais econômico. Na prática, é o contrário. A advocacia preventiva custa menos, é mais eficiente e preserva a saúde financeira, operacional e reputacional da empresa. Um diagnóstico jurídico anual, a revisão de contratos estratégicos, a implementação de políticas internas claras, a definição de fluxos de resposta e a criação de mecanismos de proteção judicial e extrajudicial fazem toda a diferença e reduzem drasticamente a probabilidade de litígios complexos e longos.

Empresas que incorporam a estratégia jurídica na rotina conseguem atravessar incertezas com mais segurança, negociar com mais força, reduzir passivos e tomar decisões mais assertivas. Em um país onde a insegurança jurídica é uma das maiores reclamações do setor produtivo, a estratégia é mais que recomendação. É vantagem competitiva.

A ausência de um plano jurídico estruturado não aparece no balanço patrimonial, mas impacta cada linha dele. É a ameaça silenciosa que cresce à medida que o negócio evolui. E, em muitos casos, é o único fator que separa empresas resilientes das que não sobreviverão ao próximo ciclo econômico.

Divulgação



Malirre Abadi Ghadim é advogada



Planejar é escolher sobreviver. Prevenir é escolher prosperar. E, para o empresário que compreende isso, a estratégia jurídica deixa de ser custo: torna-se o investimento mais inteligente que ele pode fazer.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-nov-26/a-ausencia-de-estrategia-juridica-o-passivo-silencioso-que-ameaca-empresas/>